



## **Declaração Final**

**Palácio do Planalto, Brasília, 25 e 26 de novembro de 2025**

1. O I Encontro Nacional de Mantenedores de Acervos Presidenciais, realizado com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências, boas práticas e desafios enfrentados pelas instituições responsáveis por esses acervos, reafirma a importância da preservação da memória republicana como essencial para a história e a cultura do país. As discussões evidenciaram a necessidade de fortalecer a cooperação entre os órgãos mantenedores e construir diretrizes que assegurem a integridade, a acessibilidade e a valorização dos acervos presidenciais.
2. O Encontro destacou a oportunidade de ampliar a cooperação entre as instituições responsáveis pela preservação desses patrimônios, considerando a importância de evitar sua dispersão. Nesse contexto, sugere-se o aprofundamento do diálogo e a construção conjunta de orientações que favoreçam práticas integradas e seguras, respeitando as especificidades de cada acervo. Iniciativas colaborativas podem contribuir para fortalecer a memória republicana e assegurar que esse legado permaneça acessível às futuras gerações.
3. À luz do que determina a Lei 9.384/1991, o Encontro defende que os acervos presidenciais devam ser tratados, efetivamente, como patrimônio cultural brasileiro de interesse público, cuja preservação transcende o valor administrativo e assume papel fundamental na construção da identidade histórica do país. Ao reconhecê-los como expressões relevantes da cultura nacional, propõe-se que sejam organizados e apresentados como coleções, permitindo uma leitura contextualizada e acessível ao público. Essa abordagem contribui para consolidar os acervos como instrumentos de educação patrimonial, pesquisa e difusão cultural, fortalecendo sua função social e garantindo que permaneçam como patrimônio vivo da nação.
4. O Encontro reconheceu a necessidade de promover iniciativas para ampliar o acesso público aos acervos presidenciais, respeitando critérios técnicos e legais. A disponibilização segura e organizada desses conteúdos pode estimular pesquisas acadêmicas, fortalecer a produção de conhecimento histórico e aproximar a sociedade de sua memória republicana. Destacou a

relevância da digitalização como estratégia fundamental para garantir a preservação, a integração entre sistemas e a disponibilização segura das informações.

5. O Encontro ressaltou a importância da formação continuada e da capacitação técnica das equipes responsáveis pela gestão dos acervos. A complexidade dos materiais, que abrangem documentos, objetos museológicos e registros audiovisuais, exige profissionais qualificados e atualizados quanto às melhores práticas de conservação, catalogação e difusão. Reconheceu o potencial da articulação de programas de treinamento e intercâmbio entre instituições, visando à padronização de procedimentos e ao fortalecimento das competências necessárias para assegurar a preservação desses patrimônios.

6. O Encontro apontou a importância de avançar na regulamentação da gestão dos acervos presidenciais, de forma a garantir segurança jurídica, padronização de procedimentos e clareza quanto às responsabilidades das instituições mantenedoras.

7. As instituições ressaltaram a necessidade de consolidar um entendimento claro sobre os limites entre o que constitui patrimônio público e o que se caracteriza como bem privado nos acervos presidenciais, diante das diferentes interpretações já manifestadas. Essa definição é essencial para garantir segurança jurídica, transparência e uniformidade nas práticas de gestão, evitando conflitos e assegurando que os acervos sejam tratados de acordo com sua natureza e relevância histórica.

8. O Encontro registrou a relevância da moção aprovada pela Comissão Memória dos Presidentes da República, em julho de 2025, que reconhece a necessidade de garantir fontes adequadas e sustentáveis de financiamento para os acervos presidenciais. A insuficiência de recursos compromete não apenas a preservação física dos materiais, mas também a implementação de ações de digitalização, difusão e qualificação técnica das equipes. Nesse sentido, propõe-se a articulação de mecanismos orçamentários específicos e a busca por parcerias institucionais, assegurando que esses patrimônios recebam o investimento compatível com sua relevância histórica e cultural.

9. Nesse sentido, o Encontro saúda com entusiasmo o lançamento do edital pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), voltado ao financiamento de projetos destinados à manutenção e preservação dos acervos presidenciais. Essa iniciativa representa um avanço significativo para garantir recursos que viabilizem ações de conservação,

digitalização e difusão desses patrimônios, fortalecendo sua função cultural e seu interesse público.

10. O I Encontro Nacional de Mantenedores de Acervos Presidenciais reafirma o compromisso das instituições participantes com a preservação da memória republicana e com a construção de soluções colaborativas que assegurem a integridade, a valorização e o acesso aos acervos presidenciais. As propostas apresentadas constituem um passo importante para consolidar políticas públicas, práticas técnicas e instrumentos normativos que garantam a continuidade desse legado para as próximas gerações.

Brasília, 26 de novembro de 2025.